



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA LGBTI+**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

CONSELHO LGBT

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 09

PAUTAS: **1)** Apresentação do Relatório da Conferência Municipal; **2)** Metodologia do processo de Avaliação da Conferência; **3)** Informes GT do Regimento Interno; **4)** Devolutiva GT Relações Institucionais; **5)** Organização da Delegação SP na Conferência Estadual; **6)** Informes sobre as próximas ações da Coordenação LGBTI+;

Participantes do Governo: Kylie Pessoa (Titular - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Coordenação de Políticas para LGBTI e Presidenta do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+) Rebeca Rodrigues (Assessora da Coordenação de Políticas para LGBTI+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Jhonatas da Silva (Suplente - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Luciana Gandelman (Titular - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho), Rômulo Araújo Fernandes (Suplente - Secretaria Municipal de Educação) Mary Roseane de Souza (Suplente – Secretaria Municipal de Segurança Urbana), Tânia Regina Corrêa de Souza (Titular – Secretaria Municipal de Saúde), Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta (Titular – Secretaria Municipal de Assistência Desenvolvimento Social), Nilda Keiko Toyomoto (Suplente – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social).

Participantes da Sociedade Civil: Maciel Silva Nascimento (Vice-Presidente do Conselho Municipal LGBT+ - SINDSEP/SP), Camilo Ferreira Nunes (Suplente – Segmento de Homens Trans), Andreza do Nascimento Almeida (Titular - Segmento da Mulheres Bissexuais), Reyna Destro Nogueira (Titular - Segmento das Mulheres Transexuais), Marcela Bosa (Titular - Segmento de Travestis).

A Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+ foi realizada em formato híbrido no dia 19 de julho de 2025, às 10h10, com participação presencial na Rua Líbero Badaró, nº 119 – Centro. A sessão foi presidida por Kylie Pessoa, Presidenta do Conselho e assessora da Coordenação de Políticas para LGBTI+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com a participação do vice-presidente

Maciel Nascimento e de Rebeca Rodrigues, secretária executiva do Conselho e assessora da referida Coordenação. A reunião teve início após a segunda chamada, que garantiu o quórum necessário para as deliberações previstas na pauta do dia

Conforme informado por Rebeca Rodrigues, as pautas da reunião foram previamente enviadas aos membros, com o objetivo de qualificar os debates do grupo. A condução da reunião foi realizada de forma remota/online, com o apoio do vice-presidente Maciel Nascimento.

Na ocasião, foi registrada a ausência do conselheiro Diego Carvalho, por motivos de saúde. Informou-se, ainda, o desligamento da conselheira Daniela Cardoso de Lourenço Alves, representante da Secretaria Municipal de Habitação, que será oportunamente substituída. Até o momento, não há confirmação quanto à permanência ou substituição de sua suplente.

Foi informado que as pautas do dia seriam mais breves e conduzidas por Rebeca Rodrigues e pela presidenta Kylie Pessoa. As discussões previstas, conforme descritas previamente na pauta, incluíram a apresentação do pré-relatório da Conferência Municipal, o qual já foi enviado à instância estadual dentro do prazo estabelecido para o envio das inscrições e dados. Ressaltou-se que o documento está bem elaborado e será apresentado ao grupo.

Quanto à organização da delegação e à metodologia de avaliação da conferência, foi informado que a condução ficará a cargo do vice-presidente Maciel Rodrigues e que, em caso de sua ausência, Rebeca Rodrigues poderá dar prosseguimento à apresentação. Informou-se, ainda, que a presidenta Kylie Pessoa será responsável pelos informes da Coordenação, abordando as ações em andamento e os planos futuros.

Com a palavra, Kylie saudou a todas as pessoas presentes e destacou as dificuldades enfrentadas pela equipe, que atualmente se encontra bastante reduzida, o que tem dificultado a participação em todas as atividades desejadas. Justificou sua ausência nas últimas reuniões dos Grupos de Trabalho, informando que o GT do qual participava foi encerrado após a realização da conferência. Manifestou interesse em integrar o Grupo de Trabalho de Relações Institucionais, sempre que possível, apesar de estar envolvida com demandas administrativas da Coordenação, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento estratégico com projeções até o ano de 2028

Kylie também compartilhou sua preocupação com o cenário externo, mencionando a existência de retrocessos e episódios de discriminação que têm afetado diretamente a comunidade LGBTI+. Solidarizou-se publicamente com a conselheira Reyna, recentemente vítima de transfobia, ressaltando que o Conselho tem recebido

denúncias frequentes, especialmente relacionadas à transfobia, e reiterou o compromisso da Coordenação com o enfrentamento dessas violações.

Finalizou reafirmando o papel do Conselho na proteção e defesa dos direitos da comunidade LGBTI+, colocando-se à disposição da conselheira Reyna e oferecendo apoio institucional para quaisquer decisões que ela venha a tomar diante do ocorrido.

Tania, titular da Secretaria Municipal de Saúde e membro deste conselho, apresentou importantes apontamentos sobre a necessidade de avanços na atenção à saúde da população LGBT+, com ênfase na disseminação de informações e no fortalecimento dos fluxos de atendimento.

Inicialmente, mencionou que já foram realizadas visitas ao Hospital Municipal do M'Boi Mirim, além de reuniões significativas com a equipe do CEJAM (Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim), a coordenadoria regional sul e os gerentes responsáveis pela administração da Rede SampaTrans, conforme discutido anteriormente. Destacou que, além do letramento sobre identidade de gênero e sexualidade, é fundamental promover o conhecimento dos direitos, fluxos e encaminhamentos adequados no âmbito da saúde. Segundo Tania, compreender apenas a terminologia não é suficiente; é necessário ampliar o alcance da política de forma efetiva.

Foi informada a realização, no mês anterior, de uma ação formativa destinada à capacitação de multiplicadores da política de saúde LGBT+, abrangendo quatro turmas e totalizando aproximadamente 150 profissionais. O objetivo é que esses agentes atuem nos territórios promovendo a disseminação das informações relacionadas à política.

Tania destacou que, infelizmente, ainda existem barreiras na comunicação interna das unidades de saúde, como a ausência do repasse de e-mails e informes por parte dos gerentes às equipes técnicas, o que compromete o acesso à informação e à formação adequada, prejudicando a qualidade do atendimento e a efetividade da política.

Enfatizou que as ações não se restringem ao caso específico da usuária Reyna, que já conta com canais de escuta e apoio, mas visam sobretudo as demais pessoas que enfrentam discriminação e exclusão, muitas vezes sem espaço para denúncia ou retorno ao serviço. Ressaltou a persistência das barreiras no acesso da população LGBT+ às unidades de saúde.

Foi informado que a profissional Lúcia Gatti está em contato com Reyna e que foram agendadas ações de sensibilização e formação com todas as equipes (vigilância, administrativa e médica) das unidades de saúde envolvidas. Estabeleceu-se o prazo até o final de agosto para que todas as unidades da Supervisão Técnica de Saúde Santa Cruz promovam essas ações.

Tania ainda mencionou que o Hospital Municipal do M'Boi Mirim conta com cerca de 234 profissionais, o que demanda um esforço maior de articulação, enquanto unidades com equipes menores, entre 50 e 60 pessoas, conseguem realizar tais ações com maior agilidade.

Por fim, reforçou que providências já estão sendo tomadas. Destacou que, embora tenham sido solicitadas desculpas à usuária Reina, é necessário ir além da retratação, exigindo respostas resolutivas que previnam a repetição de episódios semelhantes.

Com a palavra, a conselheira Reyna relatou que se colocou à disposição para colaborar com a formação de profissionais nas unidades de saúde, especialmente diante da evidente falta de conhecimento sobre questões básicas, como o uso correto de pronomes. Segundo Reyna, algumas atitudes observadas demonstram um nível de desinformação tão elementar que remetem a conteúdos do ensino fundamental, o que evidencia a urgência de intervenções formativas mais qualificadas.

Em resposta, Kylie destacou que a questão não se resume à ausência de formação, mas, sobretudo, à resistência ativa de muitos profissionais em absorver conhecimentos já consolidados sobre a população LGBT+. Reforçou que as informações estão amplamente disponíveis há muito tempo, o que invalida justificativas baseadas no desconhecimento. Para ela, não se trata apenas de aprender ou ter acesso ao conteúdo, mas de reconhecer, internalizar e praticar esse conhecimento com responsabilidade e empatia.

Kylie pontuou, ainda, que os serviços públicos são compostos por pessoas e que, em muitos casos, essas pessoas agem com crueldade e perversidade deliberada contra pessoas trans, o que configura não apenas uma violação ética, mas um crime de discriminação e transfobia. Alertou que desculpas simbólicas não são suficientes e que é necessária a responsabilização real, inclusive criminal, por atitudes transfóbicas e discriminatórias.

Foi também mencionado que gestores que recebem formações e não repassam os conteúdos às suas equipes contribuem diretamente para a manutenção da violência institucional.

Por fim, Kylie reafirmou seu compromisso institucional e pessoal com a causa, não apenas enquanto presidenta do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+ (CMLGBT) e assessora da Coordenação Municipal de Políticas Públicas para LGBTI+, mas também como travesti e militante. Declarou que pretende acompanhar Reyna presencialmente nas ações a serem realizadas, caso haja essa possibilidade. Ressaltou a importância da presença coletiva de corpos travestis e trans nesses

espaços como forma de resistência e de impacto político, convidando outras pessoas travestis e trans do Conselho a se somarem a esse ato de enfrentamento e visibilidade.

Em continuidade às pautas do dia, iniciou-se a apresentação do documento norteador para a Conferência, que em breve será enviado formalmente a todas as pessoas integrantes deste Conselho por meio de formulário eletrônico, contendo as respectivas informações de cada participante, para fins de contribuições, votação e aprovação.

A estética original do documento foi preservada, com o objetivo de gerar e consolidar uma identidade visual para a Conferência, incluindo fotos, imagens e endereços dos Centros de Referência LGBTI+. Trata-se de um compilado elaborado conjuntamente por este grupo, que contempla as discussões e deliberações realizadas, os decretos mencionados e a Portaria que institui a Conferência. Conforme ressaltado, será dada atenção especial às nomenclaturas utilizadas no texto.

Rebeca destacou que a elaboração do documento final da Conferência — os anais do evento — é responsabilidade da empresa contratada para a relatoria. Contudo, ressaltou a necessidade de que os membros da comissão organizadora, integrantes do CMLGBT, colaborem com propostas e sugestões estruturadas acerca do formato e do conteúdo esperado para o referido material.

Foi enfatizado que a empresa responsável pela relatoria precisa receber diretrizes, sugerindo que deve ou não constar no documento, quais documentos são relevantes e quais aspectos devem receber prioridade, considerando a grande quantidade de informações já sistematizadas.

Com a palavra, o Vice-Presidente Maciel, em referência à violência transfóbica relatada e acolhida pelo Conselho pela conselheira Reyna Destro, ressaltou a necessidade de disponibilização de materiais informativos nos espaços públicos.

Tânia Regina informou que já está ativa a nova página no site da Secretaria Municipal da Saúde, onde estão disponíveis protocolos, documentos técnicos e diversas orientações relacionadas à Rede SampaTrans. A página reúne informações sobre a atuação da rede de saúde no município de São Paulo, incluindo diretrizes e materiais técnicos para aprimorar o atendimento à população. A intenção é que todos possam conhecer o conteúdo e contribuir com sua divulgação.

Rebeca e Maciel informam que será criado, em breve, um grupo de WhatsApp específico da delegação (composta por 20 delegados eleitos), com o objetivo de garantir maior eficiência na comunicação e nas orientações relativas ao material da Conferência Estadual, bem como para eventuais substituições, caso seja necessário acionar os(as) suplentes.

Destacando que o grupo temporário constituído facilitará os trabalhos até a finalização da Conferência Estadual. Após esse processo, o grupo será desfeito.

Enfatizaram a necessidade de construção de estratégias para garantir que representantes do município de São Paulo integrem a delegação nacional que participará da etapa em Brasília, no mês de outubro. A participação do município é considerada essencial nesse processo.

Em relação ao credenciamento, foi informado que terá início na sexta-feira pela manhã e permanecerá aberto durante todo o dia, estendendo-se também ao sábado. A abertura oficial do evento está prevista para a tarde da sexta-feira (dia 1º), o que permitirá que algumas pessoas optem por comparecer apenas no sábado para participar da plenária de eixo.

O debate dos eixos temáticos e a aprovação das propostas ocorrerão no sábado pela manhã, com continuidade ao longo do dia, contemplando tanto as pautas estaduais quanto as nacionais. A previsão de encerramento do evento é para o domingo, entre 13h e 14h.

Foi observado que, por se tratar de um evento realizado na capital, não haverá necessidade de providenciar transporte para a delegação de São Paulo, tendo em vista a localização acessível do local (próximo à estação Carrão do Metrô). Apenas representantes oriundos da região sul da cidade poderão enfrentar maiores dificuldades logísticas. Informou-se, ainda, que a alimentação e a estrutura de acolhimento estarão asseguradas, não sendo previstas, até o momento, medidas adicionais nesse sentido.

Em seguida, Maciel apontou a existência de uma tendência de insatisfação e manifestações por parte de alguns participantes quanto à ausência de apoio logístico por parte do governo estadual, especialmente no que se refere ao transporte e à hospedagem dos conselheiros. Mencionou que a coordenação estadual encaminhou ofício solicitando apoio dos municípios para o enfrentamento dessa questão.

Por fim, Maciel declarou que se posicionou contrariamente à solicitação encaminhada pela coordenação estadual, destacando que o município já assumiu o planejamento e os custos da realização de sua Conferência Municipal. Argumentou que cabe a cada ente federativo assumir suas respectivas responsabilidades: ao Estado, a execução da etapa estadual; e ao governo federal, o custeio da hospedagem, transporte aéreo e alimentação dos delegados da sociedade civil que participarão da etapa nacional. Encerrou afirmando ser fundamental garantir a participação plena da delegação, sem que haja sobrecarga financeira aos municípios.

Foi comunicado, como exemplo de medida de contenção de despesas, que a Conferência Estadual de Mulheres passou a ser realizada exclusivamente em formato online, em contraste com a etapa municipal, que ocorreu de forma presencial e contou com debates amplos.

O participante Maciel destacou que a ausência de encontros presenciais enfraquece a construção de políticas públicas mais qualificadas, dificultando o “olho no olho” e o debate coletivo, fundamentais para a defesa dos direitos da população. Ressaltou, ainda, o mérito das propostas oriundas da Conferência Municipal de São Paulo, elogiando sua qualidade e amplitude.

Rebeca informou que os ofícios recebidos foram encaminhados para análise interna e posterior resposta formal. Destacou que os pedidos que envolvem custos significativos são incompatíveis com o orçamento municipal, especialmente considerando os esforços já empreendidos para assegurar a realização da Conferência Municipal com qualidade.

Ressaltou que os documentos oficiais serão analisados pela Coordenadora de Políticas para LGBTI+, Léo Áquilla, para que seja dado o devido despacho institucional junto à Secretária Regina.

Maciel relatou que, motivado por diálogo com Rafael, Coordenador Estadual da Diversidade, sugeriu a realização de uma reunião com o objetivo de obter maior clareza quanto à posição dos municípios em relação ao custeio de suas respectivas delegações. Considerou oportuno convocar os pontos focais de cada conferência para um debate estruturado sobre o tema.

O conselheiro Kel Fernando sugeriu que, mesmo não sendo conselheiros titulares, os senhores Paul e Fabrício fossem informados sobre a possibilidade de participação presencial na Conferência Estadual, destacando a relevância de suas presenças nesse espaço deliberativo.

Em seguida, manifestou uma crítica previamente direcionada ao senhor Rafael, relatando sua experiência nas etapas municipal e estadual das conferências, nas quais observou uma expressiva ausência de representatividade — especialmente de participantes de diferentes línguas, povos indígenas e imigrantes —, pontuando que essas pautas dificilmente são integradas de forma qualitativa nas Conferências, o que considera um aspecto problemático.

Por fim, o conselheiro expressou preocupações quanto à execução orçamentária da Conferência, sugerindo que seja realizada uma apuração detalhada sobre os recursos empregados. Relatou que, durante a fase de organização conduzida pelo senhor André, os recursos estavam garantidos, inclusive para itens como coffee break. No

entanto, após a retomada da coordenação pelo senhor Rafael, surgiram alegações de insuficiência orçamentária, inclusive em relação a custos com hospedagem e transporte. Informou que chegou a propor alternativas, como parcerias com redes hoteleiras próximas ao local do evento, visando à obtenção de descontos para os participantes.

Encerrou sua fala reforçando a importância de que o município não apenas assegure sua participação organizada na Conferência, mas também exerça seu papel de fiscalização e cobrança quanto à transparência dos recursos utilizados.

Dando continuidade às pautas do dia, Rebeca apresentou os informes do Grupo de Trabalho (GT) de Relações Institucionais, destacando que os documentos pertinentes já foram devidamente enviados aos integrantes do grupo para contribuições e sugestões de alterações, com vistas à aprovação em plenária.

Rebeca destacou a necessidade de uma maior participação de conselheiros(as/es) no referido GT, que atualmente conta com apenas quatro membros votantes. Informou que os encontros ocorrem mensalmente, sempre nas primeiras segundas-feiras de cada mês.

Na sequência, foi aberta votação para definição do mês de realização do encontro entre os(as/es) conselheiros(as/es) e as equipes técnicas de cada Centro de Referência LGBTI+. A maioria manifestou-se favorável à realização da atividade no mês de outubro, tendo os votos sido devidamente registrados e a escolha aprovada.

Por fim, Rebeca sugeriu que o encontro seja realizado em formato ampliado, com duração aproximada das 11h às 15h, incluindo um momento de confraternização (coffee break). Reiterou a importância da participação de todas as pessoas que integram o Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+ (CMLGBT), com o objetivo de promover a integração e o fortalecimento dos vínculos entre a equipe técnica dos Centros de Referência.

Com a palavra, Jhonatas da Silva, reiterou que os Centros de Referência ainda se encontram em processo de - Prestação de Contas -, e tais informações, se encontram disponíveis para consulta pública no próprio site da PMSP. Além de cuidar das visitas técnicas e acompanhar as rotinas e vivências destes equipamentos, que são parcerias entre o Poder público e a Sociedade Civil.

Kylie retomou a palavra para dar início à última pauta da reunião, referente aos informes da Coordenação. Informou que o Programa Transcidadania conta atualmente com 872 participantes ativos, número que cresceu recentemente com a adesão de mais 20 pessoas. Destacou que, embora o programa disponha de até 1.020 vagas, há uma rotatividade natural de beneficiários, visto que muitos se desligam ao conquistar

inserção no mercado de trabalho — o que representa um êxito da política pública e motivo de celebração.

Em seguida, teceu considerações sobre a estrutura orçamentária da Coordenação, ressaltando que a totalidade dos recursos atualmente disponíveis é destinada ao custeio das bolsas mensais do Transcidadania e à manutenção dos cinco Centros de Referência LGBTI+. Escureceu que não há orçamento específico para outras iniciativas, o que demanda da equipe um esforço constante para viabilizar ações que envolvam custos adicionais.

Nesse contexto, sinalizou, no âmbito do planejamento estratégico em curso, a necessidade urgente de rediscutir o orçamento da Coordenação, considerando o aumento progressivo das demandas da população LGBTI+ e, conseqüentemente, o crescimento das solicitações dirigidas à equipe.

Apontou também a necessidade de ampliação da equipe da Coordenação, atualmente numericamente inferior às equipes dos próprios Centros de Referência, embora seja responsável pela articulação e supervisão de todas as unidades, bem como pelo atendimento à população de todo o município de São Paulo. Defendeu, assim, o fortalecimento institucional da Coordenação como medida fundamental para garantir respostas mais eficientes às demandas e ampliar os resultados alcançados.

Adicionalmente, destacou que a equipe tem sido constantemente acionada por diferentes órgãos, como mandatos parlamentares, Ministério Público e veículos de imprensa, para fornecer dados, relatórios e esclarecimentos. Nesse sentido, reiterou a importância de consolidar resultados institucionais concretos, que evidenciem a relevância e o impacto do trabalho desenvolvido.

Kylie informa que novas tratativas estão sendo realizadas em relação ao programa “Respeito Tem Nome”, com a atualização da portaria que permitirá ampliar significativamente o número de pessoas trans contempladas, assegurando-lhes o direito ao acesso jurídico adequado durante o processo de retificação de documentos.

Finalizou suas considerações reafirmando o compromisso da equipe com o avanço contínuo das políticas públicas, ainda que em ritmo gradual, mas com firmeza e dedicação.

Com a palavra, Jhonatas informou que, por meio de parceria com a UNESCO, estão abertos três editais voltados a pessoas pesquisadoras e profissionais com notório saber nas temáticas LGBTQIA+. Os editais destinam-se à participação de pessoas físicas interessadas e com experiência nas áreas temáticas. Embora os valores destinados à remuneração dos trabalhos ainda não tenham sido oficialmente divulgados — uma vez que o processo se encontra em fase inicial —, a coordenação

assegurou que se trata de uma proposta de natureza qualitativa, com previsão de remuneração compatível com a complexidade e relevância das entregas.

Foi destacado que o prazo para inscrições se encerra no dia 24 de julho e que, até o momento, já foi registrado um número expressivo de candidaturas, o que evidencia o interesse e a pertinência da iniciativa. Ressaltou-se, ainda, que os recursos destinados à viabilização dos produtos são provenientes diretamente da UNESCO, reforçando a importância e o alcance da parceria firmada.

Foi mencionada, entre as pessoas conselheiras, a necessidade de garantir maior representatividade visual na versão final do material da Conferência, por meio da inclusão de fotos dos participantes, com o objetivo de valorizar a diversidade presente no evento e reforçar o caráter coletivo da construção das políticas públicas discutidas.

Rebeca acolheu a proposta mencionada e se comprometeu em já apontar isso no documento final que a relatoria irá produzir.

Rebeca deu continuidade à reunião apresentando a proposta de realização das reuniões do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+ (CMLGBT) em formato online. A sugestão foi imediatamente contestada pelo conselheiro Maciel, que defendeu a importância de estimular a participação presencial do grupo, considerando os ganhos qualitativos para o debate. Rebeca, por sua vez, reiterou que sempre defendeu, junto aos demais membros da Coordenação, a manutenção dos encontros presenciais, por compreendê-los como mais produtivos e essenciais à qualificação das discussões. Ressaltou, contudo, que a baixa adesão às reuniões ordinárias do CMLGBT é um fato inegável e recorrente.

Diante desse cenário, Rebeca solicitou que as pessoas que fazem parte do CMLGBT, apresentem sugestões sobre medidas que a Coordenação poderia adotar para viabilizar e incentivar a participação presencial. Enfatizou o compromisso da Coordenação com a permanência desse formato, mas destacou a necessidade de mapear eventuais barreiras estruturais que estejam comprometendo o comparecimento dos membros.

Por fim, mencionou que, apesar de alguns membros manterem frequência assídua, a baixa participação tem sido objeto de observação da Coordenação, e do Departamento de Gestão de Pessoas (RH), o qual sugere, como alternativa, a realização das reuniões em dias úteis. No entanto, conforme deliberado anteriormente pelo colegiado, foi mantida a realização das reuniões aos finais de semana, o que exige maior esforço coletivo para garantir sua efetividade e representatividade.

Por fim, comunicou que a próxima reunião ocorrerá no dia 9 de agosto e solicitou que todos as pessoas que compõe o CMLGBT, façam o possível para comparecer

presencialmente, ressaltando que, caso a adesão continue baixa, será necessário reavaliar a viabilidade de manter o atual formato presencial.

A reunião foi encerrada às 12h15, com agradecimentos da Presidenta Kylie Pessoa a todos os participantes pela presença, pelas contribuições e pelo compromisso com a defesa dos direitos da população LGBTI+.

A ata será enviada aos participantes para apreciação e, após leitura e aprovação, será publicada.